

GUINÉE-BISSAU

2017

Yannis ARVANITIS / y.arvanitis@afdb.org
Luca MONGE ROFFARELLO / luca.monge.roffarello@undp.org
Inacio IE / inacio.ie@undp.org



GUINÉ-BISSAU

- Estima-se que o crescimento real do PIB para 2017 e 2018 seja de cerca de 5%, o que deve contribuir para a recuperação pós-transição, mas a incerteza política permanece um obstáculo para o arranque económico.
- As perspetivas económicas e sociais mantêm-se frágeis dado que se encontram fortemente dependentes do setor do caju, da continuidade das reformas iniciadas e do clima político.
- A industrialização do país depende da reconstrução de infraestruturas básicas, especialmente nos sectores de transporte e de energia. Efetivamente, a infraestrutura existente seria incapaz de suportar os fluxos gerados pelo surgimento do setor secundário, por uma melhoria do clima de negócios, bem como pelo reforço do capital humano.

Visão global

No ano que se seguiu ao regresso à ordem constitucional em 2014, se estabeleceu uma dinâmica positiva em na Guiné-Bissau. Contudo o país passou por um período de incerteza em seguida. De facto, entre junho de 2015 e dezembro 2016 quatro Primeiros-Ministros foram demitidos. Instalou-se um bloqueio institucional que não permitiu que o Parlamento se reunisse durante o ano de 2016. Apesar deste ambiente político difícil, estima-se um crescimento do produto interno bruto (PIB) na ordem dos 4.9% em 2016, impulsionado por um bom ano agrícola. O desempenho económico permanece assim altamente exposto a choques externos exógenos.

Impulsionada por uma campanha de comercialização excepcional da castanha de caju e por uma colheita de culturas alimentares em nítido crescimento (8.9%), confirmou-se a recuperação que se seguiu ao regresso à ordem constitucional. No entanto, o ambiente político incerto teve um impacto negativo sobre o potencial de crescimento. Com efeito, a administração pública teve um impactonegativo sobre o PIB de -0.5%. Ademais, o clima político não foi favorável ao investimento, o que se refletiu no potencial e qualidade do crescimento. O ano de 2016 também foi marcado pelo congelamento do apoio dos doadores ao orçamento em consequência de um resgate bancário opaco realizado em 2015 pelas autoridades, num montante de 34.2 mil milhões de francos CFA (XOF), representando 5.6% do PIB. O ano de 2017 deverá registar um retorno ao apoio orçamental, com base em compromissos assumidos pelas autoridades para anular o referido resgate. As taxas de crescimento para 2017 e 2018 estimam-se em 4.8% e 5.0%, respectivamente. Essas taxas pressupõem a resolução das tensões políticas atuais, de uma pluviosidade igual à registada em 2016, da manutenção do preço da castanha de caju, do arranque dos investimentos no setor dos fosfatos cujo início da produção está previsto para 2019, bem como da manutenção das reformas acordadas.

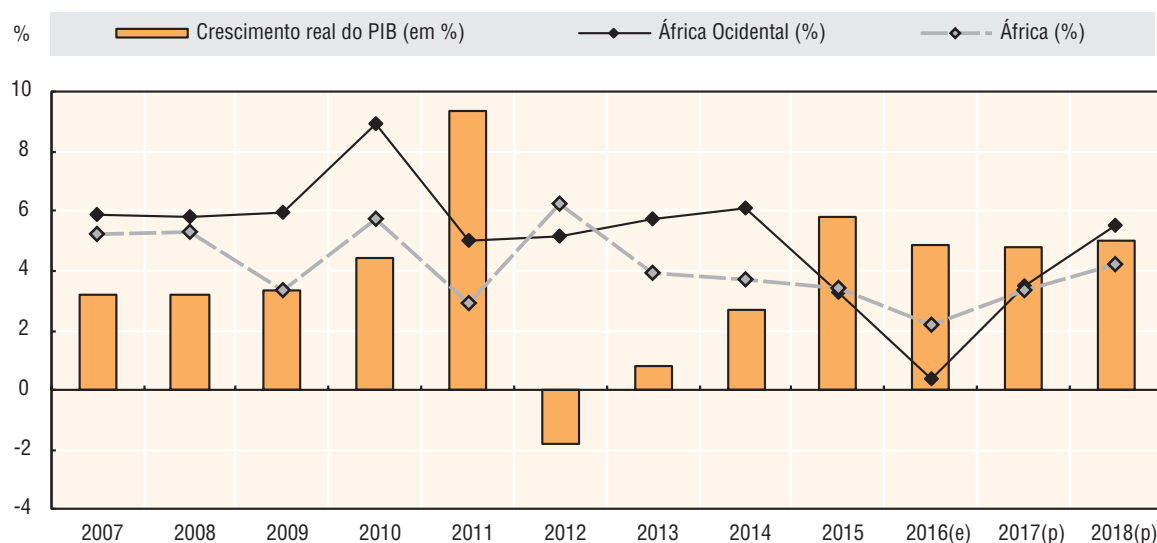
Ao nível das reformas relacionadas com a gestão financeira pública, a aplicação de determinadas medidas em 2014-15 continuou a dar frutos, especialmente na área orçamental. Para 2017 e 2018, as reformas das receitas planeadas – tais como o estabelecimento de uma fatura única mencionando o número de identificação fiscal – deverão melhorar as perspetivas e levar a um aumento das receitas. As despesas foram mais elevadas do que em 2015, devido principalmente ao reembolso da dívida interna. A taxa de pressão fiscal estagnou em 9.6% do PIB. Em 2016, o saldo orçamental global situa-se em -4.0% do PIB e o saldo primário em -3.3%. Finalmente, estima-se uma inflação na ordem de 2.6% no pressuposto de uma recuperação da procura.

A situação social e o desenvolvimento humano não conheceram mudanças significativas em relação ao ano anterior e a situação global continua a ser preocupante. O país tem um dos



indicadores de desenvolvimento humano (IDH) mais baixos. As carências ainda são importantes e são ainda mais acentuadas para as mulheres e as populações rurais. A ausência de orçamento para o ano de 2016 não permitiu que um planeamento eficaz nos setores sociais fosse realizado. As dificuldades orçamentais devem continuar a pesar sobre o sub-investimento crónico e a não permitir uma melhoria significativa em termos de desenvolvimento humano.

Figura 1. Taxa de crescimento real do PIB



Fonte: AfDB, Statistics Department AEO. Dados para 2013 são estimados, para 2014 e seguintes são projecções.

Tabela 1. Indicadores macroeconómicos

	2015	2016(e)	2017(p)	2018(p)
Crescimento real do PIB	5.8	4.9	4.8	5.0
Crescimento real do PIB per capita	3.3	2.5	2.4	2.7
Inflação, medida pelo ÍPC	1.5	2.6	2.7	2.6
Saldo orçamental, em % do PIB	-2.4	-4.0	-1.9	-1.4
Conta corrente, em % do PIB	-1.0	-2.2	-3.0	-3.6

Fonte: Dados das Autoridades Nacionais; estimativas (e) e provisões (p) com base em cálculos dos autores.

Desenvolvimentos recentes e perspectivas

O ano de 2016 foi marcado por uma forte insegurança política herdada de 2015. Entre junho de 2015 e dezembro de 2016, o país conheceu quatro governos, ou seja, praticamente um de quatro em quatro meses e meio. Este clima de incerteza tem atenuado o impulso positivo gerado pela mesa redonda de parceiros internacionais realizada em Bruxelas em março de 2015 e diminuído o ritmo da execução das reformas, particularmente na área das finanças públicas. Tal clima não foi igualmente propício para atrair o setor privado e o compromisso pleno dos parceiros.

Se os parceiros de desenvolvimento continuarem a apoiar Guiné-Bissau, as relações com o grupo de doadores envolvidos por meio do apoio orçamental foram prejudicadas pela suspensão do programa do Fundo Monetário Internacional (FMI), após o resgate bancário realizado pelas autoridades em 2015, que envolveu um montante de 34 mil milhões de XOF (5.6% do PIB). Com base na transferência para o Estado da carteira de crédito malparado, esta operação visava obrigar o



Estado a assumi-los financeiramente. Considerando que esta operação era contrária às condições previstas no programa do FMI e que os recursos financeiros a serem mobilizados neste contexto são mais elevados do que os estabelecidos como necessários para o desenvolvimento prioritário do país (em comparação, os gastos sociais em 2015 foram de 2.5% do PIB), os parceiros têm redirecionado os seus fundos para investimentos em setores produtivos e sociais, em detrimento do apoio orçamental. No final de 2016, as autoridades tomaram fortes medidas para resolver este problema, argumentando em tribunal que a transação é nula e sem efeito, porque não teria obtido as assinaturas e ratificações exigidas por lei. Com base em tal consideração,, o FMI decidiu retomar o seu programa em dezembro. No ano de 2017 uma decisão relativa a esta operação de resgate bancário será tomada uma decisão.

A suspensão do programa do FMI e o congelamento do apoio orçamental intensificaram a pressão orçamental sobre o país que teve de recorrer a um aumento da dívida interna para combater o défice financeiro e proceder à venda de madeira ilegalmente cortada e confiscada em 2014. De um modo geral, a despesa em relação ao PIB, em 2016, foi sustentada, embora ligeiramente inferior a 2015 (22.4% do PIB, contra 23.0%). O ponto mais marcante é o aumento das despesas efetuadas fora do circuito orçamental (DNT-Despesas Não Tituladas). Esta situação reflete uma falta de planeamento, que permanece apesar da criação dos comités de tesouraria. Do lado da receita, regista-se um ligeiro aumento nominal (de 61.9 para 62.4 mil milhões de XOF entre 2015 e 2016) e a continuidade dos esforços levados a cabo em 2015 demonstrada por uma atenção particular para os grandes contribuintes ou pela cobrança de contribuições em atraso de impostos devidos por empresas públicas.

Neste contexto, estima-se um crescimento para 2016 na ordem dos 4.9%. Como em 2015, a taxa de crescimento foi impulsionada principalmente pelo bom desempenho do setor agrícola, tanto alimentar quanto o relativo ao caju. Este desempenho, contudo, é conjuntural e baseado num setor de baixo valor acrescentado. Na verdade, a curto e médio prazo, os riscos relacionados à realização de culturas alimentares (dependentes da pluviosidade) e a campanha da castanha de caju mantêm-se como parâmetros importantes. Os impactos diretos dos riscos políticos sobre o PIB, têm sido modestos, incluindo a contribuição negativa (-0.5%) da administração pública. Indiretamente, estas incertezas estão relacionadas a um custo de oportunidade em termos de crescimento a curto e médio prazo, porque retarda o progresso de algumas reformas e induz um clima de investimento desfavorável¹.

O setor primário continua a ser o motor do crescimento. Em 2016, a agricultura de subsistência experimentou um ressurgimento da atividade (+ 8.9%), graças a uma boa pluviosidade. Enquanto isso, o setor do caju manteve uma boa dinâmica em 2015, com uma produção estimada em 196 000 toneladas e um preço de exportação favorável próximo de 1 400 USD. O aumento dos preços no produtor em mais de 500 XOF / kg melhorou a situação económica nos campos e desencorajou o contrabando que transita pelos países vizinhos. Em matéria de segurança alimentar, a boa campanha agrícola, juntamente com o aumento dos preços do caju apontam para uma ligeira melhoria.

O setor secundário permanece fraco. Em 2016, o crescimento foi de 4.3%, principalmente devido ao setor de água e eletricidade (+ 4.0%) e alimentar (+ 5.6%). No entanto, as atividades de construção diminuiram (-5.1%). Para 2017 e 2018, o setor secundário deve ser uma fonte de crescimento: em primeiro lugar, o subsector da água e energia elétrica deverá manter a sua dinâmica, com base no investimento em formação destinado a fortalecer as infraestruturas existentes e a reduzir as perdas da rede. Quanto ao setor da construção, este deve beneficiar dos investimentos previstos na mina de fosfato de Farim, nomeadamente em 2018. Estima-se que o subsector das indústrias extrativas crescerá substancialmente a partir de 2019, data a partir da qual a produção de fosfato será efetiva. Esperam-se reformas a nível do ambiente de negócios pois a situação neste âmbito é complicada como é referido no relatório *Doing Business 2017*, do Banco Mundial.



Tendo em conta os seus fundamentos e o fraco acesso a serviços financeiros, o crédito ao setor privado na Guiné-Bissau mantém-se abaixo do nível desejável.

O setor de serviços mantém o impulso positivo iniciado em 2014, com um crescimento de 5.4% em 2016, graças às atividades de telecomunicações (5.9%), restauração e comércio (8.3%) e transportes e comunicações (5.3%). O crescimento do subsetor financeiro foi de 2.6% em 2016. Para 2017 e 2018, a contribuição deste subsetor é incerta, uma vez que depende da resolução do resgate bancário. Se for de facto revertido, o crédito malparado voltará para os bancos que, por sua vez, também irão incorrer numa recapitalização de modo a ficarem em conformidade com as normas prudenciais da zona monetária.

As perspetivas para 2017 e 2018 dependem do clima sociopolítico e, igualmente, da produtividade das safras agrícolas, de culturas alimentares e da castanha de caju. As perspetivas estão ainda relacionadas ao compromisso contínuo dos parceiros, ao aumento das receitas fiscais e à continuação dos esforços para melhorar a gestão financeira pública. Com base nesses parâmetros, o crescimento deverá ser de 4.8% em 2017 e de 5.0% em 2018. No entanto, a situação orçamental permanece difícil e requer uma melhor gestão de tesouraria. A realização do investimento da mina de fosfato de Farim deve ter um ligeiro efeito positivo a curto prazo, isto é a partir de 2019, no crescimento como resultado do início efectivo da produção.

Tabela 2. PIB por setor (em percentagem do PIB)

	2011	2016
Agricultura, silvicultura, pesca e caça	46.9	39.7
dos quais pesca	3.5	3.5
Indústria extrativa	0.0	0.0
das quais petróleo
Indústria transformadora	11.6	13.7
Eletricidade, gás e água	0.7	0.8
Construção	0.6	1.3
Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos, bens de consumo, hotelaria e restauração	21.2	27.5
dos quais hotelaria e restauração
Transportes, armazenagem e comunicações	5.2	4.7
Serviços financeiros, imobiliário e serviços às empresas	3.5	3.0
Administração pública e defesa	10.3	9.3
Outros serviços	0.0	0.0
Produto interno bruto a preços básicos/custo dos fatores	100.0	100.0

Fonte: Dados das autoridades nacionais.

Política macroeconómica

Política orçamental

A nível das receitas, se 2015 foi marcado por um alinhamento com as expectativas, 2016 acabou por ser um ano mais difícil. Desde logo, devido à suspensão do programa do FMI e do apoio orçamental dos parceiros, tais como o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e a União Europeia, foi necessário cobrir o défice orçamental através da emissão de dívida interna e do controle da despesa. Isso explica em parte o declínio nas receitas orçamentais globais de 20.6% em 2015 para 18.4% em 2016.

A nível das receitas orçamentais, registou-se um ligeiro aumento em termos nominais (de 61.9 para 62.4 mil milhões de XOF em 2015 e 2016), mas um declínio em termos relativos (de 10.2% para 9.6% do PIB), apesar de uma ligeira alta das receitas provenientes da Direção-geral dos Impostos. Estruturalmente, a base fiscal continua a ser muito estreita, ou seja com um número muito baixo de contribuintes, e concentrada principalmente num número reduzido de receitas,



tais como direitos aduaneiros sobre as importações, as exportações de castanha de caju e os acordos de pesca. A pressão fiscal é muito baixa, muito aquém dos critérios de convergência da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) de 17%.

A ausência de aprovação do orçamento para 2016 constituiu um enorme problema que afetou a qualidade da despesa. Em 2016, o país continuou o seu impulso com um nível de despesa relativamente sustentado, exceto no segundo trimestre, em que a ausência de governo por um curto período de tempo teve um efeito restritivo, em especial no que se refere às despesas correntes de 2015, e, ao final do ano, em razão do défice de financiamento causado por previsões inferiores de receitas. Os pontos mais salientes são: a baixa das despesas de investimento e o aumento significativo das DNT (Despesas Não Tituladas - Despesas fora do circuito do orçamento e eventualmente regularizadas a posteriori). Esta situação não só é propícia a derrapagens orçamentais, como também a um empobrecimento da qualidade da despesa devido a compromissos políticos. Em termos de gestão orçamental, a criação do Comité do Tesouro tem sido benéfica, que, apesar de ter demonstrado carências de funcionalidade em alguns momentos, tem contribuído para uma maior transparência.

O saldo global é de -4.0% do PIB em 2016, contra -2.4% em 2015. Para os próximos dois anos, as reformas iniciadas em 2016, como a implementação de uma fatura única que indica o número de identificação fiscal ou a definição da plataforma de serviços que permite às autoridades fiscais controlar os volumes de tráfego das operadoras de telecomunicações devem, a curto prazo, permitir um aumentada receita.

Tabela 3. Finanças públicas (em percentagem do PIB)

	2008	2013	2014	2015	2016(e)	2017(p)	2018(p)
Receitas totais (inclui donativos)	16.9	11.7	21.7	20.6	18.4	18.8	19.3
Receitas fiscais	5.4	6.8	8.3	10.2	9.6	9.9	10.3
Receitas do petróleo	8.0	3.8	9.3	6.6	5.0	5.2	5.3
Despesas totais e empréstimos líquidos (a)	20.9	13.4	23.8	23.0	22.4	20.7	20.7
Despesas correntes	13.8	9.5	16.3	14.8	13.7	13.3	13.4
Sem juros	11.9	9.5	15.8	14.1	12.9	12.8	12.7
Ordenados e salários	5.2	4.7	5.9	5.1	4.7	4.8	4.5
Juros	1.9	0.0	0.5	0.7	0.7	0.5	0.6
Despesas de Investimento	7.1	3.9	7.4	8.2	7.2	7.4	7.3
Saldo primário	-2.1	-1.7	-1.5	-1.6	-3.3	-1.4	-0.8
Saldo global	-4.0	-1.8	-2.0	-2.4	-4.0	-1.9	-1.4

Nota: a. Somente os principais itens de receitas e de despesas são detalhados.

Fontes: Dados das Autoridades Nacionais; estimativas (e) e previsões (p) com base em cálculos dos autores.

Política monetária

A política monetária na Guiné-Bissau é conduzida a nível regional pelo Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO). Em junho de 2016, o Comité de Política Monetária do BCEAO decidiu manter as taxas diretoras inalteradas nos seus níveis atuais. Assim, a taxa de juro mínima de submissão às operações de chamadas para ofertas de injeção de capitais e a taxa de juro marginal do balcão de empréstimos permanecem as mesmas de 2015. Além disso, o Comité decidiu deixar inalterada a taxa de reservas obrigatórias aplicável aos bancos da União de 5.0% em vigor desde março de 2012.

De acordo com os últimos dados disponíveis, a situação monetária na Guiné-Bissau foi marcada por um aumento da massa monetária (M2) de 11% em 2016. Tal como no conjunto da União, este aumento foi impulsionado pelo aumento do crédito interno. Na Guiné-Bissau, o crédito à economia aumentou 18.9%, passando de 96.8 mil milhões para 115.1 mil milhões de

XOF entre 2015 e 2016. Este valor é em parte o resultado da consolidação das carteiras de crédito em incumprimento dos bancos após o resgate bancário de 2015. No entanto, esse resgate está em discussão, sendo provável uma inversão da situação.

Em termos de inflação, prevê-se uma alta dos preços na ordem dos 2.6% em 2016. Este aumento pode ser maior devido ao aumento dos preços da eletricidade (quase 40%) no início do ano, que foi uma exceção às tendências gerais observadas nesta área na UEMOA. No entanto, o aumento de preços foi anulado por um tribunal local. A inflação deverá aumentar ligeiramente no curto prazo, dado o crescimento e a recuperação da procura interna, mas deve permanecer estável e abaixo de 3%, impulsionada pelos critérios de convergência.

As taxas de empréstimo apresentaram uma evolução relativamente desequilibrada, passando de 7.38% no 3º trimestre de 2015 para 9.9% no 4º trimestre, retornando para 8.2% no 1º trimestre de 2016 e, finalmente, crescendo fortemente até atingir 10.32% no 2º trimestre. Estas taxas são as segundas mais altas da zona.

Cooperação económica, integração regional e comércio

É a nível regional (UEMOA e CEDEAO) que é definida a política comercial da Guiné-Bissau. Se o país concluiu, em princípio, o processo de alinhamento da sua tarifa à tarifa externa comum (TEC), de quatro bandas da CEDEAO, o ajustamento à TEC a cinco bandas, a entrar em vigor em 1 de janeiro de 2015, não foi ainda finalizado. A integração comercial com o resto da região sofreu atrasos consideráveis. Em primeiro lugar, poucas empresas da Guiné-Bissau exportam para a região devido à baixa complementaridade comercial. Em 2016, 85.3% das exportações foram de caju em bruto, das quais mais de 90% destinadas ao resto do mundo, fora do continente africano. Beneficiando de uma forte procura e de preços favoráveis, as exportações aumentaram de 15.5% para 25.8% do PIB entre 2014 e 2015, uma tendência confirmada em 2016 (26.2%). De acordo com os últimos dados das Alfândegas, 92% das importações da CEDEAO em 2014 são realizadas sob o regime de nação mais favorecida, quando deveriam beneficiar da tarifa preferencial regional (EDIC II 2016). As importações em 2016 são compostas principalmente por produtos alimentares (28.3%) e combustíveis (19.3%). Os países da zona euro são os principais fornecedores do país.

A integração regional e o comércio também se ressentem da falta de conectividade. A título de exemplo, o índice de conectividade de transporte marítimo regular da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (CNUCED), coloca a Guiné-Bissau como um dos menos bem conectados países por via marítima do mundo. A isto se junta uma administração morosa e cara. Por exemplo, são necessárias 108 horas e 1 139 USD para importar um contentor da Guiné-Bissau, incluindo a conformidade com os procedimentos do comércio e a documentação transfronteiriça (relatório *Doing Business 2017*, do Banco Mundial).

As medidas não-tarifárias (MNT) centradas sobre o preço e sobre a quantidade e qualidade para o acesso ao mercado também devem ser equacionadas. Em 2016, não foram observadas alterações significativas sobre a aplicação das MNT qualitativas, colocando dificuldades devido à falta de um quadro regulamentar nacional e das disfunções dos mecanismos de controlo (casos das medidas sanitárias e fitossanitárias). A falta de coordenação entre os atores envolvidos nas MNT acaba por ser um problema de fundo para a facilitação do comércio. Em 2016, Guiné-Bissau elaborou um estudo diagnóstico para a integração comercial (EDIC II), o que deverá permitir uma melhor coordenação da política comercial no curto prazo.



Tabela 4. Balança corrente (em percentagem do PIB)

	2008	2013	2014	2015	2016(e)	2017(p)	2018(p)
Balança comercial	-8.2	-2.8	-8.3	0.2	0.3	-0.2	-0.8
Exportações de bens (f.o.b.)	14.8	14.5	15.5	25.8	26.2	25.6	24.9
Importações de bens (f.o.b.)	23.0	17.3	23.8	25.6	25.9	25.8	25.7
Serviços	-4.8	-4.6	-4.8	-6.7	-7.1	-7.7	-7.2
Rendimento dos fatores	-1.7	-0.8	2.1	2.0	1.8	1.8	1.6
Transferências correntes	11.3	3.3	7.3	3.5	2.8	3.0	2.8
Saldo da conta corrente	-3.3	-5.0	-3.7	-1	-2.2	-3.0	-3.6

Fontes: Dados das Autoridades Nacionais; estimativas (e) e previsões (p) com base em cálculos dos autores.

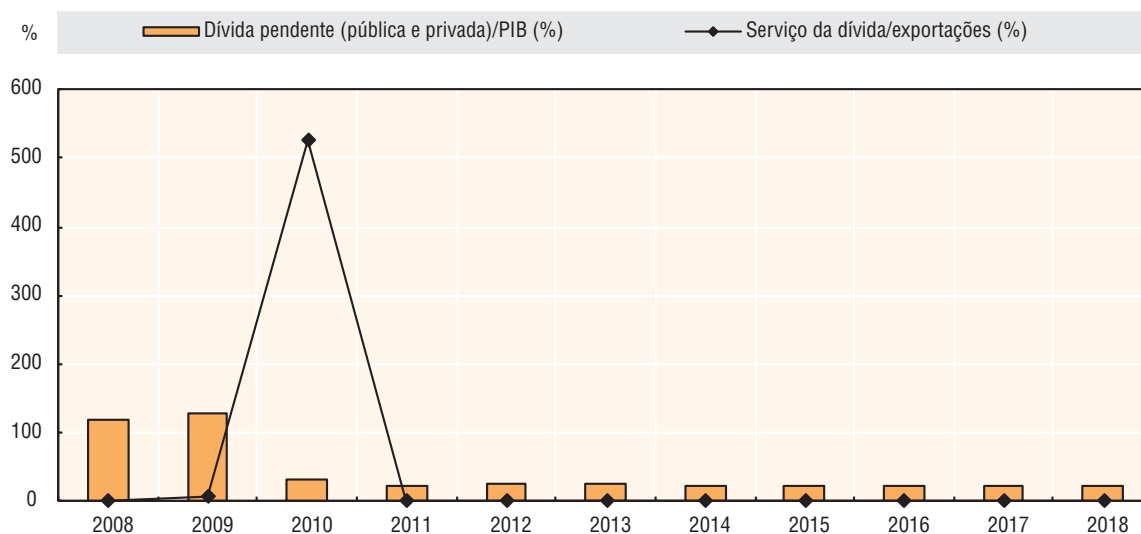
Política da dívida

O risco ligado à sustentabilidade da dívida na Guiné-Bissau é considerado moderado. Em comparação com 2014 e 2015, a análise da sustentabilidade da dívida revelou resultados um pouco mais encorajadores em termos de dívida externa, em particular, através da melhoria dos termos de troca das principais exportações do país, o baixo preço do petróleo e graças a uma melhor conjuntura. O stock da dívida é de 12% do PIB a preços atuais, em 2016. De acordo com projeções, crescerá a curto prazo, até 13% em 2021, antes de cair de forma constante até ao horizonte 2036 (FMI, 2016). O rácio do serviço da dívida em termos das exportações é de 1.7% em 2016 e espera-se que seja de 1.4% e 2.1% em, 2017 e 2018, respetivamente.

Em relação à dívida interna, a ativação de uma garantia no início do ano (9.8 mil milhões de XOF), a emissão de obrigações e títulos do tesouro num total de 36 mil milhões de XOF (incluindo 12 mil milhões refinanciados durante o ano) e a obtenção de créditos bancários levou a um aumento do stock da dívida e, conseqüentemente, do risco de sustentabilidade em 2016. Em 2017, a atividade de empréstimos deve ser reduzida graças a um eventual retorno do apoio orçamental pelos parceiros e a uma melhor gestão de tesouraria e do orçamento. O rácio global da dívida pública (interna e externa) é de 49% do PIB em 2016. Este deverá ser de 47% em 2017 e 44% em 2018. Entre 2016 e 2018, a proporção de dívida em moeda externa deve variar entre 14% a 15%.

Se a situação global da dívida melhorou, persistem riscos significativos na medida em que os vários indicadores da dívida são sensíveis a choques externos. Dada a importância do setor do caju para o país, uma reversão dos termos de troca pode ter um grande impacto negativo. A sua importância em termos de receitas pode facilmente alterar a capacidade de reembolso (especialmente em caso de más campanhas). Há outros fatores a adicionar tais como a depreciação do franco CFA em relação ao dólar dos Estados Unidos ou um declínio no crescimento. Finalmente, esta análise parte do princípio de que a capacidade do país em termos de gestão da dívida deve melhorar. A este respeito, são necessários progressos, em particular relativos ao alinhamento dos procedimentos de emissão de garantias com as regras da UEMOA, ao fortalecimento da gestão e análise da dívida (SYGADE), bem como à elaboração de relatórios regulares sobre a dívida externa.

Figura 2. Estoque total de débito (percentagem do PIB) e serviço da dívida



Fonte: FMI (WEO & Artigo IV).

Governança económica e política

Setor privado

Se como membro da UEMOA, a Guiné-Bissau tem acesso a um grande mercado de mais de 80 milhões de pessoas, a sua economia ainda se caracteriza por setores secundário e terciário fracos, e por um setor privado embrionário que não lhe permite aproveitar as oportunidades oferecidas pelo mercado regional. A diversificação económica necessária para o crescimento económico envolve, necessariamente, a emergência do setor privado, que está atualmente dificultada por um ambiente de negócios pouco propício ao seu desenvolvimento, o que se deve ao baixo nível de transparência, a uma administração pouco eficaz, bem como às deficiências em termos de infraestruturas de apoio à produção e em termos de recursos humanos.

A administração pública da Guiné-Bissau comporta grandes encargos a nível dos procedimentos de licenciamento, autorizações e inspeção, assim como do pagamento de impostos e direitos aduaneiros. No geral, o ambiente de negócios é mais difícil do que nos países vizinhos. O relatório *Doing Business 2017*, do Banco Mundial coloca o país na 172ª posição entre 189 países, principalmente devido à instabilidade política, mas também à multiplicidade de instituições que interagem com o setor privado, aos procedimentos morosos e à falta de transparência. Neste contexto, a luta contra a corrupção e atividades ilegais devem ser priorizadas pelas autoridades.

O ambiente de negócios em 2016 não passou por nenhuma melhoria significativa, exceção feita aos esforços para implementar os regulamentos da Organização para a harmonização em África do direito dos negócios (OHADA) que se referem a procedimentos de conciliação dirigidos a empresas em dificuldade financeira e aos procedimentos simplificados para pagamento preventivo efectuado por pequenas empresas. Essa situação ajudou a atualizar a doutrina legislativa relativa às falências e insolvências.

No domínio da produtividade e acesso aos fatores de produção, não há reformas recentes registadas. O acesso à terra continua a ser problemático. Com efeito, apesar da preparação de leis nesse domínio, nenhuma decisão pôde ser tomada, especialmente devido à ausência de



atividade parlamentar em 2016. A aquisição e registo de produtos estão sempre sujeitos a uma regulamentação dispendiosa e morosa, enquanto as questões relacionadas com o trabalho são numerosas. A ausência de uma forte política de formação profissional e emprego deve ser resolvida no curto prazo com vista a apoiar o setor privado.

As infraestruturas de apoio à produção e fornecimento de eletricidade e água têm de ser melhoradas. As tarifas da energia elétrica estão entre as mais altas da sub-região e o serviço é altamente deficiente. Em 2018, os investimentos em curso a nível da plataforma económico nacional em Bissau (reabilitação da rede, melhoria da cobrança e construção de uma nova fábrica) deverão levar a uma melhoria da situação e impulsionar a produção privada.

Setor financeiro

Em 2016, o setor bancário da Guiné-Bissau assistiu à chegada de um novo banco. Assim, o sistema financeiro inclui agora um setor bancário composto por cinco bancos (com capital principalmente sub-regional), três companhias de seguros e dezoito empresas financeiras descentralizadas. Durante 2015, o governo procedeu ao resgate de dois bancos, despendendo o equivalente a 5.6% do PIB. Com efeito, na sequência de más campanhas de comercialização de castanha de caju em 2012/13, a taxa de créditos malparados no setor aumentou de 6.4% em 2012 para 25.7% em 2014. Com o resgate, em meados de 2016, a taxa passou para 5.6%. Esta operação esteve na origem da suspensão do programa do FMI e foi realizada em segredo e sem supervisão do Conselho de Ministros ou do Parlamento. Uma missão da Comissão Bancária foi enviada no final do ano. Embora os resultados desta comissão não sejam ainda conhecidos, os bancos locais terão, de qualquer forma, de ser recapitalizados com base nas diretivas comunitárias que exigem, o mais tardar em 01 de julho de 2017, o aumento mínimo do capital social de 5 a 10 mil milhões de XOF sob pena de perderem as suas licenças.

A operação de resgate foi realizada sem ter em conta os problemas subjacentes do sistema bancário da Guiné-Bissau, isto é, os pontos fracos de gestão de crédito nos bancos, a concentração setorial de empréstimos ou deficiências relacionadas com a recuperação de empréstimos e com a fiabilidade dos sistemas (incluindo legal) de gestão dos contratos. Além disso, as autoridades comprometeram-se sem solicitar a recapitalização por acionistas, fazendo assim com que as perdas dos bancos passassem diretamente para os contribuintes. Finalmente, essa operação incluiu a cobrança de dívidas, que foram estimadas de acordo com seus valores nominais, e não de mercado, gerando, assim, um ganho para os bancos.

Dessa forma, o crédito ao setor privado aumentou (+ 5.6% em 2016), para 11.0% do PIB, ficando bem abaixo da média regional de 25.0%. Em 2017, uma reversão do resgate bancário implicaria no retorno do crédito malparado para os bancos, o que teria um impacto sobre a sua capacidade de crédito, mas também sobre a sua rentabilidade, que já é baixa (FMI, 2016). Em 2017, a missão da Comissão Bancária deve implementar um plano para o setor, incluindo a recapitalização e o fortalecimento das normas prudenciais.

Finalmente, em termos de acesso a serviços financeiros, o indicador “obtenção de crédito” do *Doing Business 2017* coloca o país na 139ª posição entre 189 países. A este respeito, o maior obstáculo é a assimetria de informação entre as instituições e os clientes devida, entre outros, à falta de um organismo de crédito e um mau desempenho estrutural das instituições de microcrédito.

Gestão do setor público, instituições e reformas

Embora em 2015 um esboço de coordenação política tenha sido iniciado, a crise política originada no verão de 2015 não permitiu grandes avanços ao longo de 2016. Consequentemente, as reformas previstas não puderam ser implementadas. Em 2016, o funcionamento da administração pública foi marcado por múltiplas greves tendo como pano de fundo as reivindicações salariais e de direitos. Com o apoio dos parceiros técnicos e financeiros (PTF), foi criado um gabinete de



coordenação das reformas e recrutado um coordenador das reformas a nível do Ministério da Economia e das Finanças para supervisionar e coordenar vários projetos e reformas com impacto na gestão das finanças públicas. Embora ainda insuficiente, este gabinete tem permitido o desenvolvimento de um primeiro esboço de matriz comum de reformas. No entanto, ainda esse ainda não é totalmente operacional e não constitui um mecanismo eficaz de coordenação. Em agosto de 2016, a Comissão da UEMOA realizou uma avaliação da aplicação da diretiva sobre a Lei das Finanças, verificando um declínio em comparação com 2015, com uma aplicação média da Diretiva de 6%. Tendo como base um melhor funcionamento deste gabinete, deverá verificar-se a melhoria da gestão económica e da coordenação das políticas públicas em 2017 e 2018.

As restrições orçamentais de 2016 limitaram severamente a eficiência operacional do Estado e a sua capacidade em pagar salários e subsídios, assim como a implementação de reformas que impactem nos recursos humanos. Além disso, as infraestruturas físicas destinadas à prestação de serviços continuam a sofrer pela falta de manutenção e de equipamentos, especialmente a nível local. O processo de descentralização está bloqueado há anos, principalmente devido à ausência de eleições municipais, mas também por falta de capacidade para transferir competências a nível local.

Em 2016, a massa salarial não registou mudanças significativas. As estimativas atuais do rácio da massa salarial sobre receitas orçamentais apontam para 42.6% contra 50.0% em 2015. No entanto, esta estimativa foi feita em meados do ano e ignora o declínio das receitas orçamentais verificado no último trimestre. O facto é que o volume da massa salarial é importante.

Gestão dos recursos naturais e meio ambiente

A Guiné-Bissau é um país com elevado potencial em recursos naturais e ambientais. Em relação aos recursos de pesca, o país dispõe de um potencial de captura estimado entre 200 000 e 300 000 de toneladas de peixe por ano. O país exporta produtos haliêuticos não transformados para a Europa e para os mercados asiáticos. A contribuição do setor para o rendimento nacional é estimada em 6% do PIB em 2013, ou seja 43% das receitas não orçamentais. No entanto, o país tem meios muito limitados para controlar a sua zona económica exclusiva.

A indústria florestal e das madeiras também é rica em potencial, com uma cobertura de mais de 2 milhões de hectares. Pela lei, a concessão de licenças de exploração está sujeita a requisitos ambientais e sociais (estudos de impacto e planos de reflorestamento), bem como a uma quota de transformação local. No entanto, a ausência de mecanismos de controlo levou a abusos e a uma moratória de exploração em 2014. Em 2016, as autoridades começaram a vender madeira apreendida devido ao corte ilegal a fim de reduzir o seu défice orçamental.

Em relação à indústria extrativa, a Guiné-Bissau dispõe de depósitos confirmados de fosfatos, de bauxite e de areias pesadas. As estimativas preliminares sugerem que existem blocos *offshore* de hidrocarbonetos economicamente exploráveis. Todavia, a cíclica instabilidade política, o deficiente funcionamento da administração pública, mas também os preços correntes de alguns destes minerais não permitiram a sua exploração. No entanto, além da programação de certas reformas para 2017, tais como a elaboração do regulamento da aplicação do Código de Mineração, são esperados investimentos nos fosfatos que deverão permitir iniciar a produção em 2019.

A nível ambiental, o Estado iniciou a elaboração da Política Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, bem como orientações setoriais para a avaliação ambiental. Se estas iniciativas são passos na direção certa, com vista a consolidar a apropriação setorial das questões ambientais, o reforço das capacidades institucionais e humanas é urgente a fim de implementar essas políticas.



Contexto político

O contexto político da Guiné-Bissau em 2016 foi marcado pela crise política causada pela destituição, em meados de 2015, de Domingos Simões Pereira – primeiro-ministro e líder do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) – pelo Presidente da República José Mário Vaz. Após amplas consultas e a nomeação constitucionalmente rejeitada de Baciro Dja como primeiro-ministro, todos os partidos concordaram com a nomeação de um governo liderado por Carlos Correia em finais de 2015. No entanto, o executivo de Carlos Correia não conseguiu aprovar o seu programa devido à passagem para a oposição de 15 deputados do PAIGC, em dezembro de 2015. Desde então, o Parlamento está bloqueado e as sessões adiadas *sine die*. Com efeito, depois de terem sido expulsos do PAIGC, os deputados dissidentes não podem ter assentos no parlamento como independentes. Este bloqueio levou à demissão do executivo e à nomeação de um novo governo liderado Baciro Dja em maio de 2016.

Com o governo contestado pela maioria do PAIGC e agindo num contexto sem Parlamento, a CEDEAO iniciou um processo de mediação. Foi assinado um acordo em Conacri, em setembro de 2016, com vista ao estabelecimento de um novo governo inclusivo. No entanto, um novo governo liderado por Umaro Sissoco foi nomeado em novembro de 2016 contra a vontade do PAIGC e de outros partidos minoritários. Para estes partidos, o acordo de Conacri não foi respeitado e o braço de ferro continua. O resultado desta crise prolongada tem sido a falta de uma governação eficaz (sem orçamento aprovado, desde janeiro de 2015), uma situação financeira muito precária e uma falta de progresso nas reformas-chave na segurança, na defesa e na justiça. Uma normalização política em 2017 é necessária com vista a um crescimento mais inclusivo. No entanto, a perspectiva de eleições legislativas previstas para 2018 poderá intensificar os antagonismos.

Contexto social e desenvolvimento humano

Capacitação dos recursos humanos

O Relatório de 2016 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sobre o desenvolvimento humano coloca a Guiné-Bissau na 179^a posição entre 189 países, com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0.420 e uma esperança de vida à nascença de 55.2 anos, contra uma média para a África subsariana de 58.5 anos. Em termos de saúde materno-infantil, a Guiné-Bissau tem registado progressos consideráveis nos últimos anos na redução da mortalidade em geral, e especialmente das crianças com menos de 5 anos. De acordo com o mais recente Inquérito de Indicadores Múltiplos (MICS, 2014), a taxa de mortalidade infantil caiu de 63 para 55.4 por mil e a taxa de mortalidade infantojuvenil foi reduzida de 116 para 88.8 por mil entre 2010 e 2014. Desde 2006, a cobertura de vacinação de crianças contra a tuberculose permanece estável em cerca de 90%.

Apesar da melhoria de alguns indicadores ao longo dos últimos quinze anos, o golpe de Estado de 2012 e a mais recente crise política afetaram consideravelmente o sistema de saúde. Os recursos limitados de que o Estado dispõe não permitem o funcionamento de um sistema de saúde eficaz e eficiente, e as disparidades espaciais são importantes. A título de exemplo, apenas 55.4% das mulheres dão à luz com a assistência de um profissional de saúde. Na região de Oio essa, apenas 14.9 o fazem. O acesso económico à saúde permanece muito limitado. Por exemplo, uma consulta no hospital central custa 6.6% do salário mínimo, que é de 30 000 XOF. Verifica-se ainda que uma operação de apendicite custa 5 vezes o mesmo salário. Casos de vírus Zika foram detetados no país não sendo, no entanto, da mesma estirpe dos da América Latina.

O sistema de ensino continua a ser um grande desafio. De acordo com dados do último relatório MICS 2014, a taxa líquida de matrículas no ensino primário deteriorou-se de 67.4% em 2010, para 62.4% em 2014, com disparidades espaciais graves. Da mesma forma, a taxa de retenção daqueles que entram na primeira classe e chegam à sexta sofreu uma redução de 79% em 2010 para 73.4%



em 2014. Em 2016, as greves prejudicaram os estudantes já que 46 dias de escolaridade foram suspensos e a distribuição de 1.1 milhões de livros escolares atrasou. O trajeto casa-escola também é um grande problema para as crianças. A nível nacional, 15.5% dos estudantes necessitam de mais de 60 minutos para chegar à escola. Nas zonas rurais, cerca de 19.7% das crianças demoram mais de 60 minutos para percorrer o trajeto entre casa e escola (contra 2.9% em Bissau).

Para 2017 e 2018, a votação de um orçamento será essencial a fim de permitir investimentos nos setores da educação e da saúde. Da mesma forma, a estabilização política poderia permitir um diálogo construtivo com os sindicatos com vista a permitir a continuidade dos serviços.

Redução da pobreza, proteção social e trabalho

Tendo em conta a falta de estatísticas sobre a pobreza – a última pesquisa de pobreza (ILAP) data de 2010 –, estima-se que 69% da população é afetada pela pobreza absoluta (menos de 2 USD por dia) e 33% pela pobreza extrema (menos de 1 USD por dia). A repartição por sexo mostra que na capital a pobreza absoluta nacional prevalece mais entre os homens (70%) do que entre as mulheres (65%). Esta tendência inverte-se quando se trata de áreas rurais, onde o fenómeno é mais grave para as mulheres (56%) do que para os homens (49%). Em relação aos grupos etários, a pobreza é maior em idosos (mais de 55 anos). Uma pesquisa de orçamento-consumo previsto em 2017 deverá permitir uma atualização dos indicadores de pobreza permitindo um melhor direcionamento das políticas públicas.

A pobreza multidimensional baseada na privação afeta a grande maioria da população rural (PNUD, 2015). A proporção de pobres é de 34% em áreas urbanas (20% em Bissau), mas atinge 90% em áreas rurais distribuídos da seguinte forma: 76% no Oriente, 87% no Sul e 90% no Norte. A privação de serviços básicos e de qualidade é o principal fator da pobreza na Guiné-Bissau. Mais precisamente, as condições de educação, saúde e saneamento, bem como as condições de vida contribuem, respetivamente, com 30.5%, 27.9% e 41.6% para a taxa de pobreza (PNUD 2015).

Em termos de bem-estar, apenas 75% da população tem acesso à água potável, das quais 92% nas zonas urbanas e 61% nas áreas rurais. Nas zonas rurais, apenas 4% da população tem acesso a água corrente e a eletricidade. Em geral, 98% dos agregados familiares da Guiné-Bissau (96% nas zonas urbanas e 100% em áreas rurais) usam combustíveis sólidos como a madeira (65%) para cozinhar. Todos estes indicadores caracterizam as condições de vida da população, especialmente os que vivem fora da capital.

A proteção social é praticamente inexistente na Guiné-Bissau. O regime de pensões consiste em três esquemas: i) um regime contributivo obrigatório para os funcionários públicos; ii) um regime não contributivo para os antigos combatentes; e iii) um regime contributivo abrangendo os trabalhadores de empresas privadas e públicas. A cobertura é muito baixa: apenas 2.8% dos trabalhadores participam em regimes contributivos. As retenções feitas pelas autoridades para o fundo de pensões são frequentemente consideradas como receitas do Estado e diretamente enviadas para a conta do Tesouro. Apenas 3.9% dos idosos (com mais de 60 anos) recebem uma pensão. No entanto, as despesas totais com os três esquemas foram da ordem de 1.6% do PIB em 2015. A pressão demográfica no setor público deverá obrigar o Estado a reformar o sistema em vigor no médio prazo. Nos próximos quinze anos, mais de 13 000 pessoas na função pública irão exceder a idade legal de reforma, ou seja, o dobro do número de beneficiários atuais.

O Ministério da Mulher, da Família e da Coesão Social exerce com dificuldade as suas funções devido, nomeadamente, à insuficiência da sua dotação orçamental. Em 2015, o orçamento atribuído a esta estrutura representou cerca de 0.3% do PIB, ou seja, 1.5% do orçamento do Estado.

Igualdade de género

O índice da igualdade de género produzido pelo Banco Africano de Desenvolvimento em 2015 colocou a Guiné-Bissau em 38º lugar no continente no que diz respeito às leis e instituições.



Apesar de legalmente terem os mesmos direitos, as condições de vida das mulheres são menos favoráveis que as dos homens. De acordo com o *Relatório do Desenvolvimento Humano* de 2015 do PNUD, o rendimento nacional bruto per capita das mulheres na Guiné-Bissau foi estimado em 1 135 USD contra 1 593 USD para os homens. Em 2013, a taxa de participação feminina na força produtiva foi estimada em 68.2%, enquanto a taxa de participação masculina em 78.5%.

A esperança de vida à nascença para as mulheres na Guiné-Bissau é maior do que para os homens (estimada em 57.0 anos contra 53.4 anos). No entanto, a taxa de mortalidade materna continua a ser muito alta (900 por 100 000 nados-vivos – MICS 2014). Os dados dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) em 2015 indicam que a taxa de alfabetização feminina na Guiné-Bissau em 2014 foi de 50.5% contra 70.4% para os homens. Em termos de voz e participação na vida pública, num total de 37 membros no último executivo até à data, apenas quatro são mulheres, incluindo um ministro e três secretários de Estado. Tais dados indicam um retrocesso relativo ao governo em exercício até agosto de 2015, em que havia cinco mulheres entre os 16 ministros. Com o objetivo de melhorar tal situação, o Ministério da Mulher, da Família e da Coesão Social, com o apoio de parceiros técnicos e financeiros, reviu em 2016 o documento estratégico sobre a política nacional da igualdade e equidade de género. Contemporaneamente, um plano de ação para a sua implementação está previsto para o início de 2017.

Análise temática: Empreendedorismo e industrialização na Guiné Bissau

A industrialização da Guiné-Bissau é um dos principais objetivos do plano estratégico e operacional denominado “Terra Ranka” apresentado aos parceiros técnicos e financeiros do país no âmbito da mesa redonda de doadores realizada em março de 2015. O plano, cuja duração prevista vai de 2015 a 2020, é a parte operacional de uma visão de longo prazo (2025), que a partir de um ponto de vista económico tem por objetivo “uma economia diversificada baseada em quatro motores de crescimento: a agricultura e agroindústria, as pescas, o turismo e as minas”. Partindo da constatação de que hoje, além da produção de caju e arroz, as atividades económicas e as infraestruturas produtivas da Guiné-Bissau estão fortemente concentradas em torno da capital, Bissau, o plano “Terra Ranka” propõe o desenvolvimento de um novo mapa económico com nove polos económicos. Este objetivo ambicioso deve, contudo, enfrentar uma série de problemas subjacentes ao desenvolvimento industrial do país, alguns dos quais são pré-requisitos para qualquer progresso no setor. Estes incluem deficiências em termos de infraestruturas de apoio à produção, a falta de uma estratégia industrial, um quadro regulamentar incompleto, a fraqueza em termos de recursos humanos e um ambiente de negócios pouco propício ao empreendedorismo.

A Guiné-Bissau está muito pouco integrada em cadeias globais de valor. Com um tecido industrial e comercial estruturalmente débil, a produção de bens e serviços no país regista um fraco valor acrescentado. Como referido nas Perspetivas Económicas em África de 2014, além dos baixos níveis de valor acrescentado, o setor industrial contribui com menos de 5% para o total das exportações e é alimentado apenas por um pequeno montante de investimento direto estrangeiro para apoiar o seu desenvolvimento. Na altura da independência, a Guiné-Bissau era um país predominantemente agrícola, cuja contribuição industrial não era superior a 0.5% do PIB (dados de 1970 – Andreini & Lambert, 1978: 123). Atualmente, mesmo que seja mais elevado (13.7% do PIB para as atividades de fabricação), o setor secundário continua fraco: as indústrias são raras e para além de alguns processadores de castanha de caju, os fabricantes industriais são inexistentes.

Isto reflete, em primeiro lugar, uma falta significativa de infraestruturas de apoio à produção, tais como infraestruturas energéticas e de transportes, sem as quais o desenvolvimento industrial não pode ter lugar. No domínio da energia, por exemplo, a capacidade total de geração de energia instalada no país é de apenas 11 megawatts (MW), dos quais apenas um grupo de 2.5 MW é operacional, enquanto as necessidades da cidade de Bissau estão estimadas em 30 MW. Além disso, o preço médio de venda de energia elétrica, embora entre os mais altos da sub-região



Oeste Africana (156 XOF / kWh em 2014), não cobre o custo de produção. Nos transportes, os nós de estrangulamento são também muito importantes: apenas 28% da rede rodoviária nacional é constituída por estradas pavimentadas. O porto de Bissau continua a não ser competitivo. Ele acolhe actualmente cinco vezes mais contentores do que o previsto. Devido à pouca profundidade do canal que conduz ao porto, a numerosos naufrágios e à ausência de sinais ao longo do percurso, os barcos apenas entram de dia e durante a maré alta. Outros fatores estruturais acrescem ainda a lista de barreiras à industrialização, tais como a formação e a qualidade dos recursos humanos no país. A universidade pública não está a funcionar e as oportunidades de formação profissional são limitadas.

De um ponto de vista económico, os riscos políticos dificultam a implementação de uma política industrial, mas também prejudicam a atração de investimentos privados. Para além de um investimento previsto no setor dos fosfatos, não há outros projetos previstos para o país. Os únicos investimentos a assinalar são de pequena dimensão e nos setores terciário e primário (construção e reabilitação de hotéis, agricultura de baixa intensidade). A ausência de uma política industrial coerente também constitui um obstáculo para o desenvolvimento do setor industrial.

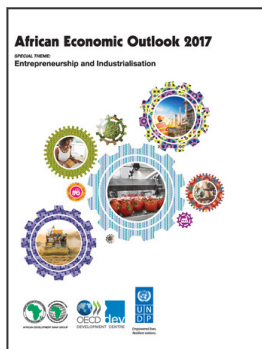
No entanto, o país possui potencial. No setor agrícola, por exemplo, tendo em conta fatores favoráveis tais como o clima e as características do solo, uma exploração melhor integrada dos diferentes setores, o desenvolvimento de sistemas de irrigação e a promoção do agro-empresendedorismo podem gerar um valor acrescentado por meio do processamento industrial. O mesmo poderia ser feito com os recursos naturais, nomeadamente extrativos. Sendo conhecidas reservas de bauxite e fosfatos, são estas que serão objeto de investimentos significativos em 2017 e 2018. No entanto, a extração de fosfato não vai criar um valor acrescentado significativo já que as infraestruturas de processamento (fertilizantes, por exemplo) não estão disponíveis.

O desenvolvimento de minas de fosfato em Farim constitui um caso interessante, uma vez que é esperado que o “conteúdo local” no âmbito desse investimento seja insignificante. A principal razão para esta situação é a fraqueza do micro tecido local das pequenas e médias empresas. De facto, uma das marcas da economia da Guiné-Bissau é a natureza embrionária do setor privado em geral, a fraqueza dos negócios existentes, em particular, bem como a importância da economia informal. De acordo com o relatório *Doing Business 2017*, do Banco Mundial, o país ocupa o 176º lugar entre 189 países no item “iniciar um negócio”. Apesar disso, nenhuma reforma significativa foi assinalada nos últimos cinco anos, desde o estabelecimento de um balcão único (centro de formalização de empresas - CFE), que permitiu a redução de tempo e de custos necessários para iniciar um negócio. Entre meados de 2011 e meados de 2016, mais de 2 473 empresas foram criadas, principalmente no setor de comércio (93%). A taxa de mortalidade das empresas, e as suas características não são conhecidas devido à falta de monitorização. Antes da implementação do CFE, em 2011, eram necessários 216 dias e 17 procedimentos para criar uma empresa. A partir de 2012, são suficientes 9 dias e 7 procedimentos. No entanto, o CFE não possui recursos suficientes para investir na eficiência de seu funcionamento. Com efeito, o baixo orçamento atribuído ao CFE, não consegue fazer face a outras despesas correntes senão com o apoio de parceiros, incluindo o PNUD, que lhe fornece o combustível para fazer funcionar o gerador ou para atender a outras despesas correntes. Além disso, não há outros dispositivos semelhantes fora da capital. Neste contexto, o desenvolvimento do empreendedorismo realiza-se de modo informal. Além do CFE, não há nenhuma instituição ou política pública específica para a promoção do empreendedorismo.

Nota

1. Em 2015, o FMI estimou que sem a instabilidade política verificada após a independência, a Guiné-Bissau teria podido registar um PIB dois terços mais elevado do que o registado em 2013.





From:
African Economic Outlook 2017
Entrepreneurship and Industrialisation

Access the complete publication at:
<https://doi.org/10.1787/aeo-2017-en>

Please cite this chapter as:

African Development Bank/OECD/United Nations Development Programme (2017), "Guiné-Bissau", in *African Economic Outlook 2017: Entrepreneurship and Industrialisation*, OECD Publishing, Paris.

DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264278707-36-pt>

This work is published under the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of OECD member countries.

This document and any map included herein are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area.

You can copy, download or print OECD content for your own use, and you can include excerpts from OECD publications, databases and multimedia products in your own documents, presentations, blogs, websites and teaching materials, provided that suitable acknowledgment of OECD as source and copyright owner is given. All requests for public or commercial use and translation rights should be submitted to rights@oecd.org. Requests for permission to photocopy portions of this material for public or commercial use shall be addressed directly to the Copyright Clearance Center (CCC) at info@copyright.com or the Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) at contact@cfcopies.com.